

Glossário

Glossary

Alienation: transfer to another individual or firm of a good or right.

Informal settlements: areas possessing one or more of the following features: tenure / titling or urbanistic irregularities; deficient or dilapidated infrastructure; danger of flooding, landslides or other types of hazard; high density of buildings; precarious building quality of housing units; long distances between housing and workplaces; insufficient transport systems (expensive, insecure and uncomfortable); non-existent or less than satisfactory public services (sanitation, education and health); a set of social problems engendering situations of extreme vulnerability; a social order based on violent crime.

Public goods: goods belonging to the Union, the State, to the Federal District or to the Municipality not subject to usucaption, which can only be alienated in the manner specified by law. Public goods can be for common use, for special use and for dominical use.

Public goods for dominial or dominical use: public goods that have not been awarded a particular public purpose or use (e.e.vacant / unoccupied properties).

Public Goods for Common Use: public goods which are utilised by the community (e.g. public squares).

Public Goods for Special Use: public goods used by the public authorities in order to carry out its functions (such as offices).

Municipal Housing Council or Municipal Urban Policy Council: the main housing policy organisation in a city representing (equally) the public authority, popular housing movements, civil society aimed at ensuring a hearing for all parties. Members of the Council include local business people, trade union officials, educators, public sector managers and leaders of social movements. The Council has a consultative, supervisory and / or deliberative function.

Covenants: agreements signed between public bodies or between public bodies and private bodies for undertaking activities of common interest to the participants.

Alienação: transferência para outra pessoa, física ou jurídica, de um bem ou direito.

Assentamentos precários: Áreas que têm uma ou mais das seguintes características: irregularidade fundiária ou urbanística; deficiência de infra-estrutura; perigo a alagamentos, deslizamentos ou outros tipos de risco; altos níveis de densidade dos assentamentos e das edificações; precariedade construtiva das unidades habitacionais; enormes distâncias entre moradia e o trabalho; sistemas de transportes insuficientes, caros e com alto nível de desconforto e insegurança; inexistência ou deficiência dos serviços públicos (saneamento, educação e saúde); conjunto de problemas sociais que configuram situações de extrema vulnerabilidade; domínio por uma “ordem” baseada na violência.

Bens públicos: bens que pertencem a União, ao Estado, ao Distrito Federal ou ao Município, não sujeitos a usucapião, que somente podem ser alienados na forma e nos casos especificados em lei. Os bens públicos poderão ser de uso comum, de uso especial, ou de uso dominicais.

Bens públicos de usos dominiais ou dominicais: bens públicos que não são afetados a uma destinação pública específica, como imóveis desocupados, por exemplo.

Bens públicos de uso comum: bens públicos que são utilizados pela comunidade de forma indistinta, como as praças, por exemplo.

Bens públicos de uso especial: bens públicos são utilizados pelo próprio poder público para o cumprimento de suas funções, como as repartições públicas, por exemplo.

Conselho Municipal de Habitação ou Conselho Municipal de Política Urbana: Órgão da política habitacional da Cidade, é norteado pela ideia de paridade em relação à representação do poder público, movimentos populares por moradia e sociedade civil, assegurando espaço a todos os segmentos. Participam do Conselho sindicatos, empresários, educadores, líderes de movimentos sociais e gestores

públicos. Tem caráter consultivo, fiscalizador e/ou deliberativo.

Convênios: Acordos firmados entre órgãos públicos ou entre órgãos públicos e privados para realização de atividades de interesse comum dos participantes.

Cortiços: Habitação coletiva precária de aluguel, constituída por uma ou mais edificações construídas em lote urbano, com ocupação excessiva e acesso e uso comum dos espaços não edificadas, de instalações sanitárias (banheiros, cozinhas e tanques) e de instalações elétricas.

COTS: Caderno de Orientação Técnica Social utilizado pela Caixa Econômica Federal em seus empreendimentos sociais.

Caixa Econômica Federal: Instituição financeira pública, responsável pela operação de diversos programas do Governo Federal e de alguns fundos públicos.

Desafetação da área pública: Procedimento prévio à alienação ou doação de área pública para os casos de bens de públicos de uso comum e de uso especial, como praças, ruas e repartições públicas. Constitui na descaracterização de uma área de propriedade estatal de uso afeto à uma finalidade específica.

Escritura Pública: Documento elaborado em cartório por agente que detém a função pública, apto a ser registrado no cartório de imóveis, transmitindo a propriedade de determinado bem imóvel. É essencial para a validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos reais sobre imóveis de valor superior a 30 salários mínimos, salvo disposições legais expressas em sentido contrário.

Cartório de Registro de Imóveis: Repartição de registro dos imóveis que atua em determinada circunscrição territorial fixada em lei estadual ou em provimento do Tribunal de Justiça. Local onde podem ser encontrados os direitos relativos a um determinado imóvel e os ônus que o gravam.

Estatuto da Cidade: Lei federal 10.257/2001, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urba-

Tenements (cortiços): precarious rented housing, comprising one or more buildings constructed in an urban plot, generally overcrowded, disadvantaged by common access to and use of non-built spaces, sanitary installations (bathroom, kitchens and service areas) and electrical installations.

COTS: Social Technical Guidance Manual used by the Federal Mortgage Bank (CAIXA) for its social development activities.

Federal Mortgage Bank (CAIXA): public financial institution responsible for the operation of a number of Federal Government programmes and other activities involving public funds.

Disaffection of public areas: the procedure initiated prior to alienation or donation of a public area (common and special use public goods such as squares, streets and public buildings); constitutes the transfer of a state-owned area to be used for a specific purpose.

Public Deed: an official document drawn up in a Public Notary's Office (cartório) which can be registered in the Official Property Register or cadastre, and which indicates the ownership of a particular immovable good. It is essential for validating legal processes regarding the constitution, transfer, modification or waiver of real rights on properties worth over 30 minimum salaries, unless express legal measures to the contrary prevail.

Public Property Registration Office (Public Notary): responsible in a specific area of the territory determined in State law under the aegis of the Court of Justice. All the details related to a particular property can be found in this office.

City Statute: Federal Law 10.257/2001 establishes a series of norms of social interest regulating the use of urban property for the communal good and the safety and well-being of citizens, as well as ensuring environmental equilibrium.

Technical and Social Work Plan: a project aimed at organising the actions to be undertaken with a given local population to ensure the implementation of a specific urbanisation or upgrading programme.

Master Plan: basic instrument for municipal planning related to urban development policy, serving as guidance for public/private sector practitioners at local level.

Local Social Housing Plan (LSHP): concerned with ensuring that interventions in informal settlements conform to, or are in line with, national, state and municipal housing policies. Also oversees links between the various components of local housing policy.

Property Register: a legal instrument for formalising property ownership rights.

Special Social Interest Zones (ZEIS): instrument under the aegis of the City Statute enabling the delimitation and final use of certain municipal areas for popular social housing. The ZEIS is also employed to determine and elucidate special norms regarding use, occupation, land-parcelling and building in areas already occupied by informal settlements. These norms are specific to the area pending regularisation, whether the area is vacant or occupied. ZEIS boundary-marking is defined in the Municipal Master Plan or in other related specific municipal laws.

na em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.

Plano de Trabalho Técnico Social: Projeto de trabalho que visa organizar as ações que serão desenvolvidas junto à população para viabilizar a implementação de determinado programa de urbanização.

Plano Diretor: Instrumento básico de um processo de planejamento municipal para a implantação da política de desenvolvimento urbano, norteando a ação dos agentes públicos e privados em âmbito local.

PLHIS: Plano Local de Habitação de Interesse Social, instrumento de articulação entre a ação em assentamentos precários e as políticas habitacionais municipal, estadual e nacional, articulando também, as várias componentes da política de habitação local.

Registro imobiliário: Instrumento legal necessário para formalização, no campo jurídico, dos direitos de propriedade referentes aos imóveis.

Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS): Instrumento previsto pelo Estatuto da Cidade que permite a delimitação e destinação de determinadas áreas do Município para abrigar moradia popular, com o objetivo de implantar habitação de interesse social. É utilizada, também, para determinar normas especiais de uso, ocupação, parcelamento do solo e edificação para áreas já ocupadas por assentamentos precários. Essas normas são específicas para a área que será objeto de regularização, esteja ela vazia ou ocupada. A delimitação de ZEIS é definida no Plano Diretor do Município ou em lei municipal específica.

Bibliografia

- AHUJA, H. N. et al. Project management: techniques in planning and controlling construction projects. New York, John Wiley & Sons, Inc., 1994
- AKERMAN, M. e BOUSQUA, A. Mapas de Risco de Violência, in Revista São Paulo em Perspectiva, Volume 13/No. 14 - Revista da Fundação SEADE, Dez/1999.
- ASSUNÇÃO, J. F. P.; MONETTI, E. Técnicas de Planejamento na Construção Civil. Curso de Especialização em Gerenciamento na Construção Civil. Disciplina NB-03/90. São Paulo. FDTE/EPUSP/IPT, 1990
- BANCO MUNDIAL, Curso de Monitoramento e Avaliação, Brasília (mimeo), 2004
- BENEVIDES, M. V. Democracia e Cidadania. São Paulo, Polis, nº 14, 1994. p. 11-20
- BONDUKI, N. (org). Guia de Conclusão: das Experiências Concretas para a Construção de um Novo Ideário em Políticas Urbanas. In Habitat: as praticas bem-sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras. São Paulo: Studio Nobel, 1996.
- BRASIL, Decreto-lei 267 de 1.979. sd
- BRASIL, Lei nº 11.481 de 31 de maio de 2007. Prevê medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social em imóveis da União; e dá outras providências.
- BRASIL, Lei nº 6.015 de 31 de dezembro de 1.973. Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências.
- BRASIL, Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2.001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.
- BRASIL, Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil
- BRASIL, Lei nº 4.771 de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal.
- BRASIL, Lei nº 6.766 de 19 de dezembro de 1.979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências.
- BRASIL, Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1.981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.
- BRASIL, Lei nº 7.804, de 18 de julho de 1989. Altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, a Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, a Lei nº 6.803, de 2 de julho de 1980, e dá outras providências.
- BRASIL, Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1.993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
- BRASIL, Lei nº 9.636 de 15 de maio de 1998. Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nos 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.
- BRASIL, Lei nº 9.785, de 29 de janeiro de 1.999. Altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941 (desapropriação por utilidade pública) e as Leis nos 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (registros públicos) e 6.766, de 19 de dezembro de 1979 (parcelamento do solo urbano).
- BRASIL, M P 2.166-67 de 24 de agosto de 2.001. Altera os arts. 1º, 4º, 14, 16 e 44, e acresce dispositivos à Lei no 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o Código Florestal, bem como altera o art. 10 da Lei no 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, e dá outras providências.
- BRASIL, Medida Provisória 2.220 de 04 de setembro de 2.001. Dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano - CNDU e dá outras providências.

BRASIL, Projeto de Lei 3.057 de 2.000. Estabelece que para o registro de loteamento suburbano de pequeno valor, implantado irregularmente até 31 de dezembro de 1999 e regularizado por lei municipal, não há necessidade de aprovação da documentação, por outro órgão.

BRASIL, Resolução CONAMA 369 de 28 de março de 2.006. Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente-APP.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.

BROSE, M. (org.). Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

BRUNO, A. P. Diagnóstico dos incêndios em favelas no Município de São Paulo. Monografia de Pós-Graduação. São Paulo, FAU-USP, 2007 (texto não publicado).

BUENO, L. M. de M. "Contextualização e caracterização – Parâmetros e tipologias". In: MINISTÉRIO DAS CIDADES. Textos técnicos para subsidiar a formulação do Programa Nacional de Integração Urbana de Assentamentos Precários. Brasília: Ministério das Cidades, 2003.

BUENO, L. M. de M. "Parâmetros para a avaliação de vida urbana e qualidade habitacional em favelas urbanizadas". In: ABIKO, A. e ORSTEIN, S. (Org.). Inserção urbana e Avaliação Pós-Ocupação (APO) da Habitação de Interesse Social. Coletânea Habitare. Volume 1. São Paulo: IPT, 2002a

BUENO, L. M. de M. e MONTEIRO, P. C. M. R., "Planos diretores, aspectos urbanísticos e ambientais na regularização fundiária", IN Rolnik Raquel et alli "Regularização Fundiária de Assentamentos Informais Urbanos". PUC Minas Virtual, Belo Horizonte, 2006.

BUENO, L. M. de M. Moradia Social em área de mananciais. Coleção do Projeto Gepam – A Experiência de Santo André. São Paulo: Annablume, 2004.

BUENO, L. M. de M. Projeto e Favelas: metodologia para projetos de urbanização. São

Paulo: FAUUSP, 2000. (Doutorado). Disponível em: <http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/>

BUENO, L. M. de M. Relatório de Análise da recuperação urbana e ambiental de assentamentos regularizáveis na área de mananciais do ABC Paulista. Campinas: PUC Campinas, março de 2005. (Relatório final de Carreira Docente). Disponível em: <http://www.puc-campinas.edu.br>

BUENO, L. M. M.; FREITAS, E. H. L. Plano integrado como método para intervenção em favela. In: APPURBANA 2007 Seminário Nacional sobre o Tratamento de áreas de Preservação Permanente em Meio Urbano e Restrições Ambientais ao Parcelamento do Solo, 2007, São Paulo. APPURBANA 2007 Anais do Seminário Nacional sobre o Tratamento de áreas de Preservação Permanente em Meio Urbano e Restrições Ambientais ao Parcelamento do Solo. São Paulo: FAU USP, 2007.

BUENO, L. Projeto e favela: metodologia para projetos de urbanização de favela. Tese de Doutorado - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

BUENO, L. Projeto e Favela: Metodologia para projetos de urbanização. 2000. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Caderno de Orientação Técnica Social – COTS. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2007.

CARDOSO, 1999, L.R.A. Metodologia de avaliação de custos na produção de habitações de interesse social. São Paulo, 1999, Tese (Doutorado), EPUSP.

CARVALHO, C. et. al. Procedimentos para tomada de decisão em programas de urbanização de favelas. in Anais do Seminário de Avaliação de Projetos IPT em Habitação e Meio Ambiente: assentamentos urbanos precários. Brasília, Ministério da Ciência e Tecnologia / Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP. Habitare - Programa de Tecnologia de Habitação, 2005

CARVALHO, C.S. Risco geotécnico em favelas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ME-

- CÂNICA DOS SOLOS E ENGENHARIA GEOTÉCNICA, 11. Brasília, 1998. Anais... Brasília: ABMS, 1998. v.4, p.123-141.
- CARVALHO, C.S.; CUNHA, E.P.V. Controle de riscos geotécnicos no projeto de urbanização de favelas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE MECÂNICA DOS SOLOS E ENGENHARIA GEOTÉCNICA, 11, Brasília, 1998. Anais... Brasília: ABMS, 1998. V.1, p.473-9
- CARVALHO, C.S; ROCHA, R. F.; MORETTI, R. S.; SAMORA P.R. Custos e Padrões Urbanísticos Resultantes de Projetos de Urbanização de Favelas. IPT São Paulo, sd.
- CARVALHO, C.S; ROCHA, R. F.; MORETTI, R. S.; SAMORA P.R. Urbanização de favelas: análise de experiências e proposição de recomendações para elaboração de projetos de reordenamento físico. IPT São Paulo, sd.
- CAZETA, L. C. Legislação Imobiliária da União – anotações e comentários às leis básicas. Brasília: Secretaria do Patrimônio da União, 2002. Disponível na página da Internet <http://www.spu.planejamento.gov.br/>
- CONSÓRCIO AMBIENTE URBANO/ LENC. Projeto de urbanização da favela Vila Nilo. São Paulo: CONSÓRCIO AMBIENTE URBANO/ LENC. 2004.
- CONSÓRCIO HABITAT, Relatório PAT PROSANEAR São Bernardo do Campo, preliminar e final, 2005.
- CONSÓRCIO USINA/ TEIA. Projeto de urbanização da favela Dois de Maio. São Paulo: CONSÓRCIO USINA/ TEIA, 2004.
- CUPAL, F., Results-based Participatory Monitoring and Evaluation, CIDA (Canadian Agency for International Development), Ottawa 2001.
- CURY, T. C. H. Elaboração de projetos sociais. In: VILA, Célia M. de.(coord.). Gestão de projetos sociais. 3.ed.rev. São Paulo: AAPCS–Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária, 2001. p.37-58.
- DEMACAMP – Planejamento, Projeto e Consultoria. Diretrizes para Elaboração de Projetos e Programas em área de Proteção Ambiental Ocupadas Irregularmente, com ênfase nos Assentamentos Precários. Itapecerica da Serra: DEMACAMP, 2007. Relatório 4ª Etapa.
- DENALDI, R. Estratégias de enfrentamento do problema: favela. In: SANTA ROSA, Junia (org.). Política habitacional e integração urbana de assentamentos precários: parâmetros conceituais, técnicos e metodológicos. Ministério das Cidades / Secretaria Nacional de Habitação, 2008,
- DENALDI, R. Políticas de urbanização de favelas: evolução e impasses. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.
- DENALDI, R. Santo André. Urbanização de favelas e inclusão social. Ambiente Construído, v.4, p.7 - 20. Porto Alegre, 2004.
- DENALDI, R; ERVILHA, T.; SANTOS, C; Avaliação e monitoramento dos serviços de infraestrutura em favelas urbanizadas em Santo André, mimeo, s.d.
- DENALDI, R; ROSA, J.; SOUZA, C. Acesso à moradia: política urbana e política habitacional In: Curso à distância - Acesso à terra urbanizada: regularização fundiária e implementação de planos diretores. Florianópolis, 2008.
- DINSMORE, P. C. Gerência de programas e projetos. São Paulo, PINI, 1982.
- EESC/USP. Gerenciamento da construção civil. Editor: Escrivão Filho, E. São Carlos, EESC/USP – Projeto REENGE, 1998.
- FARAH, F. (coord.) Habitação em encostas. Coleção Habitar ANTAC. Porto Alegre, 2007. 552p.
- FERNANDES, E; SANTOS, C. C. Regularização Fundiária Plena - referências conceituais – Brasília: Ministério das Cidades, 2007.
- GIAMMUSSO, S. E. Orçamento e custos na construção civil. São Paulo, PINI, 1991. Y?ZIGI, W. A técnica de edificar. São Paulo, PINI/Sinduscon-SP, 1998.
- GTA. Plano de trabalho: Identificação das Principais Atividades. São Paulo, 2002.
- <http://www.cidades.gov.br/>
- <http://www.demacamp.com.br>
- <http://www.fabricaarquitetuario.com.br>

<http://www.fau.ufrj.br/prourb/cidades/favela> Favela Bairro (histórico, projetos e fotos).

<http://www.gtaproj.com.br>

<http://www.habitare.org.br/>

<http://www.mtarquitetura.com.br>

<http://www.portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/infraestruturaurbana>

<http://www.recife.pe.gov.br>

<http://www.rio.rj.gov.br>

<http://www.santoandre.sp.gov.br>

<http://www.semasa.sp.gov.br/>

<http://www.usinactah.org>

<http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/>

<http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/04textos/conama369.html>

IBAM. Agenda Habitat para Municípios. Rio de Janeiro:IBAM, 2003

Instrução Normativa nº 27, de 14 de junho de 2007. Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação.

Instruções Específicas para Desenvolvimento de Trabalho Social em Intervenções de Urbanização de Assentamentos Precários – UAP. Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação.

KOGA, D. Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2003.

LABHAB FAUUSP - Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos do Departamento de Projeto da FAUUSP. Parâmetros técnicos para urbanização de favelas – Relatório Final. São Paulo: FINEP / Caixa Econômica Federal / FUPAM, 1999.

LARANJEIRA, A. Programa Integrado de Inclusão Social – PIIS. Rio de Janeiro, IBAM, 2002.

LUCAS H; EVANS D; PASTEUR K. e LLOYD R., Research on the current state of PRS monitoring systems, IDS Discussion Paper 382, Brighton 2004.

MAFRA, C. Drogas e símbolos: redes de solidariedade em contextos de violência. In: ZA-

LUAR, Alba e ALVITO, Marcos (orgs.). Um século de favela. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 277-298

Manual do Programa Habitar Brasil – BID / Orientações do Subprograma de Urbanização de Assentamentos Subnormais Sobre a Gestão dos Projetos e Exigências do Trabalho de Participação Comunitária. Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação, 2007.

MARICATO, E. Metrópole na periferia do capitalismo. Ilegalidade, desigualdade e violência. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996.

MARTINS, M. L. R. R. Moradia e mananciais – Tensão e diálogo na metrópole. São Paulo: FAU USP, FAPESP, 2006.

MATUS, C. Política, Planejamento e Governo. Brasília: IPEA, 1993. 2v. (Série IPEA).

META GERENCIAL DE PROJETOS E OBRAS S/C LTDA. Gerenciamento de Obras. Apostila para curso Gerenciamento de Obras, coordenado pelo CREA-RS. Elaborada por Alvarenga, F. J. V. e CARDOSO, 1999, L. R. A. São Paulo, 2004.

MINISTÉRIO DAS CIDADES - Secretaria Nacional de Habitação - Ana Lucia Ancona - Nota Técnica N. 02/2008: Caracterização dos Assentamentos Precários e Tipologias de Intervenção. Brasília, 2008.

MINISTÉRIO DAS CIDADES - Secretaria Nacional de Habitação - Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). Programa: Habitação de Interesse Social - Manual para apresentação de propostas. Disponível em: www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-de-habitacao.

MINISTÉRIO DAS CIDADES - Secretaria Nacional de Habitação - Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). Programa: Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários - Manual para apresentação de propostas. Disponível em: www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-de-habitacao

MINISTÉRIO DAS CIDADES – Secretaria Nacional de Programas Urbanos. Manual de Regularização Fundiária Plena Ministério das Cidades. Brasília, 2007.

MINISTÉRIO DAS CIDADES – UFRJ/ IPPUR/LINCOLN. Cadastro Multifinalitário como instrumento de política fiscal e urbana. Disponível em: www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-de-habitacao.

MINISTÉRIO DAS CIDADES, Matriz de indicadores para avaliação do pós-ocupação dos projetos piloto de investimento - intervenção em favelas, Brasília DF, s.d.

MINISTÉRIO DAS CIDADES, Secretaria Nacional de Habitação. Instrução Normativa nº 27, de 14 de junho de 2007. Regulamenta o desenvolvimento do trabalho social executado no âmbito das ações programáticas do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS

MINISTÉRIO DAS CIDADES, Secretaria Nacional de Habitação. Instruções Específicas para Desenvolvimento de Trabalho Social em Intervenções de Urbanização de Assentamentos Precários – UAP. Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação, 2007.

MINISTÉRIO DAS CIDADES, Secretaria Nacional de Habitação. Manual do Programa Habitar Brasil – BID / Orientações do Subprograma de Urbanização de Assentamentos Subnormais Sobre a Gestão dos Projetos e Exigências do Trabalho de Participação Comunitária. Ministério das Cidades, Secretaria Nacional de Habitação, 2007.

MINISTÉRIO DAS CIDADES, Secretaria Nacional de Habitação. Relatório 5 – Oficina de Avaliação Pós Ocupação. Projeto Matriz de indicadores para a pós-ocupação - Programa Habitar Brasil/ BID. São Paulo: Instituto de Estudos Especiais - IEE/ PUC – SP, 2006.

NOTARBARTOLO DI VILLAROSA F., A Estimativa Rápida e A Divisão do Território em Distritos Sanitários: Manual de Instruções, Série Desenvolvimento de Serviços de Saúde 11, OPAS, Brasília, 1993

NOVARA, E. Promover os talentos para reduzir a pobreza. Texto Disponibilizado na Internet: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000200009 São Paulo, 2003

NOVARA, E. A ação Pública e as Estratégias para Redução de Pobreza. Texto Disponibilizado na Bibliografia do Curso de Aperfeiçoamento Desenvolvimento e Gerenciamento de Programas de Redução de Pobreza Urbana – Convênio IDHAB/AVSI/CODESC – 1998

NOVARA, E. Promover os talentos para reduzir a pobreza. Texto Disponibilizado na Internet: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000200009 São Paulo, 2003

ONU. Declaração do Milênio. Nova Iorque:ONU, 2000

PELICIONI, M. C. F. ; PHILIPPI JR, A . Alguns pressupostos da educação ambiental. In: Educação Ambiental: desenvolvimento de cursos e projetos. Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública. Ed Signus, São Paulo, 2000.

PONTUAL, P. Pedagogia da gestão democrática das cidades. In: Participação Popular nos Governos Locais. São Paulo. Revista Pólis, no. 14. São Paulo, Instituto Pólis, 1994. p. 63-68

PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ “Plano Municipal de Habitação”, 2006.

PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ. Resoluções da 1ª Conferência Municipal de Habitação de Santo André – Professor Milton Santos. PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ, 2001.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO – Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano – SEHAB – Superintendência de Habitação Popular. Normas gerais para elaboração de projetos. São Paulo: PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2003.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO – Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano – SEHAB – Superintendência de Habitação Popular. Planilha orçamentária. São Paulo: PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2002.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. Favela Bairro - Integração de favelas no Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1996.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. Favela um bairro – propostas metodológicas. São Paulo: Proeditores, 1996.

RAUPP, M; REICHLE, A, Avaliação: ferramenta para melhores projetos, EDUNISC, Santa Cruz do Sul (RS), 2003

Relatório 5 – Oficina de Avaliação Pós Ocupação. Projeto Matriz de indicadores para a pós-ocupação - Programa Habitar Brasil/ BID. São Paulo: Instituto de Estudos Especiais - IEE/ PUC – SP, 2006.

- RESENDE, F. Indicadores para avaliação de custos de edificações na etapa de projetos. Trabalho da Disciplina PCC-5018 Custos de empreendimentos habitacionais de interesse social, ministrada pelo Prof. Dr. Luiz Reynaldo de Azevedo CARDOSO, 1999. São Paulo, EPUSP/PCC, 2004
- Revista Construção Mercado. Tabela de Encargos Sociais: taxas de leis sociais e riscos de trabalho. São Paulo. Editora PINI. março. 2008.
- ROCHA, R.; CARVALHO, C.; MORETTI, R. Procedimentos para tomada de decisão em projetos de urbanização de favelas. In: SEMINÁRIO DE AVALIAÇÃO DE PROJETOS IPT: HABITAÇÃO E MEIO AMBIENTE ASSENTAMENTOS URBANOS PRECÁRIOS, 2001, São Paulo, Anais... São Paulo: IPT, 2002. p. 17-36. (Programa de Tecnologia da habitação)2002. (Coletânea Habitare/ FINEP,1).
- ROLNIK, R. [et al.].Regularização Fundiária de Assentamentos Informais Urbanos – Belo Horizonte: PUC Minas Virtual, 2006
- ROLNIK, R. [et al.].Regularização fundiária sustentável – conceitos e diretrizes – Brasília: Ministério das Cidades, 2007
- SAAE GUARULHOS. Aspectos práticos da implantação de sistemas condominiais de esgotamento sanitário no Município de Guarulhos São Paulo: Serviço Autônomo de água e Esgoto de Guarulhos, 2004.
- SAAE GUARULHOS. Formulação e implantação de políticas públicas – Saneamento e Cidadania. São Paulo: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Guarulhos, 2004.
- SAMORA, P.; VOSGUERITCHIAN, Andrea. Acesso solar e adensamento em favelas. In: II CONGRESSO BRASILEIRO E I IBERO AMERICANO. HABITAÇÃO SOCIAL: CIÊNCIA E TECNOLOGIA, 2006, Florianópolis. Anais eletrônicos... Florianópolis: CTHAB 2006. 1 CD ROM.
- SANTO ANDRÉ, Prefeitura Municipal de. Plano Municipal de Habitação. Santo André, 2006.
- SAULE JUNIOR, N; FONTES, M. L. P. Manual de Regularização Fundiária em Terras da União. São Paulo: Instituto Polis; Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2006.
- SECRETARIA DA HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Anexo X: Normas Gerais para elaboração de projetos. In: Edital de licitação para contratação de serviços técnicos especializados em engenharia e arquitetura para elaboração de projeto de urbanização da Favela Dois de Maio. São Paulo: SEHAB, 2002.
- SECRETARIA DA HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Plano de ação em favelas. São Paulo: SEHAB, 2003. Brochura.
- SILVA, L. M. da, Comunicação, Mobilização e Mudança Social – in UNB – Série Mobilização Social Vol. II.
- TORO, J. B.; WERNECK, N. M. D. Mobilização Social: um modo de construir a democracia e a participação. São Paulo, Autentica, 2004.
- UEMURA M. M. Programa de saneamento Ambiental da bacia do Guarapiranga. Alternativa para proteção dos mananciais. Dissertação de mestrado - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica, Campinas. 2000.
- USDOL - US Department of Labor, Programa Internacional do Trabalho Infantil, Washington 2004
- VILLAS BOAS, R. (org.) Participação Popular nos Governos Locais. São Paulo: Pólis, no 14, 1994.
- VILLAS BOAS, R. Os Canais Institucionais de Participação Popular. In: VILLAS BOAS (org.). Participação Popular nos Governos Locais. São Paulo: Polis, no 14, 1994. p.55-62
- WHITAKER, C. Rede: uma estrutura alternativa de organização. In: TORO, JOSE BERNARDO e WERNECK, NISIA MARIA DUARTE. Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação. São Paulo, Autentica, 2004.
- ZENHA, R. M; FREITAS, C. G. L. de. Seminário de Avaliação de Projetos IPT - Habitação e Meio Ambiente: Assentamentos precários. Anais. São Paulo, 2002.



Aliança de Cidades
Cities Without Slums



Secretaria Nacional
de Habitação

Ministério
das Cidades



ISBN: 978-85-60133-91-8